

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMIENTO N° _____, DE 2008
(Do Sr. Raul Jungmann)

*Requer apreciação de Moção
que repudia os atos de
violência, tanto estatal como
civil, na Região Autônoma do
Tibete – China –,
conclamando as partes em
conflito para uma solução
pacífica da crise iniciada em
março deste ano.*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que seja apreciada na próxima reunião da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pedido de Moção que “repudia os atos de violência, tanto estatal como civil, na Região Autônoma do Tibete – China -, conclamando as partes em conflito para uma solução pacífica da crise iniciada em março deste ano”.

Sala da Comissão, de março de 2008.

Deputado RAUL JUNGMAN
PPS/PE

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA
NACIONAL**

MOÇÃO Nº , DE 2008
(Do Sr. Raul Jungmann)

*Repudia os atos de violência,
tanto estatal como civil, na
Região Autônoma do Tibete –
China -, conclamando as
partes em conflito para uma
solução pacífica da crise
iniciada em março deste ano.*

Nós, parlamentares da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil,

Considerando que, em 10 de março deste ano, foram iniciados diversos protestos em Lhasa, capital da Região Autônoma do Tibete, contra o governo central da China;

Lembrando que a eclosão desses protestos marca o 49º aniversário de um levante fracassado contra o domínio chinês no Tibete e que motivou o exílio do Dalai Lama, líder espiritual tibetano;

Destacando que participam dos protestos não somente monges budistas, como também significativa parcela da população civil da Região Autônoma do Tibete;

Reconhecendo que as manifestações se tornaram violentas tanto por parte dos protestantes como por parte das autoridades governamentais;

Lembrando que, apesar de pequeno grupo de jornalistas estrangeiros serem autorizados a entrar no Tibete nos últimos dias do mês de março deste ano,

a imprensa internacional está impedida de conhecer, com plena liberdade, a situação real da região;

Enfatizando que a ausência de uma imprensa livre a fim de cobrir esses eventos dificulta o conhecimento sobre eventuais abusos aos direitos humanos;

Ressaltando que a repressão às liberdades no Tibete por parte do governo central vem ocorrendo há várias décadas;

Enfatizando que caberá ao governo chinês, principalmente, a busca para o entendimento de uma solução pacífica para a questão tibetana;

Relembrando que a população do Tibete vem sofrendo sérias restrições sobre as práticas religiosas;

Destacando que, muito provavelmente, ao tentar restaurar a ordem, as autoridades chinesas vêm recorrendo a medidas violadoras dos padrões e das leis dos direitos humanos;

Alarmados com o possível número de mortos em decorrência dos conflitos que, segundo o governo tibetano no exílio, seria de mais de 140 vítimas, frente aos números oficiais de pouco menos de 20 vítimas;

Considerando que a maior prejudicada desses atos de violência é a população civil;

Destacando que os Jogos Olímpicos de Pequim, também na China, que acontecerão entre os dias 8 e 24 de agosto deste ano, representam uma oportunidade de reflexão em torno da paz e da tolerância entre os povos;

Confiantes de que o desenvolvimento da China passa, necessariamente, pela superação dos litígios sociais históricos e pela flexibilização da posição do governo central no que concerne à questão do Tibete, com vistas a preservar a cultura, a religião e a autonomia daquela região;

Afirmando que a intransigência e os erros tanto da parte dos movimentos civis de contestação como das autoridades governamentais chinesas dificultarão a busca de iniciativas capazes de construir uma solução pacífica para a questão;

Concordando com a exortação do Dalai Lama de que os tibetanos se contenham e não escolham a violência contra o povo chinês;

Instando, da mesma forma, que o governo da China efetive política de pleno respeito aos direitos humanos do povo do Tibete, não lançando mão da violência para conter as ações dos protestantes;

Exaltando as excelentes relações bilaterais entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China;

Reafirmando a tradição brasileira de defesa da paz, dentro de uma perspectiva humanista;

Instando que o parlamento brasileiro participe ativamente em prol da solução pacífica para os conflitos internacionais e da defesa dos direitos humanos, em concordância com o princípio da não-indiferença, que adverte não ser possível resignar-se diante do sofrimento alheio;

Repudiamos os atos de violência, tanto estatal como civil, na Região Autônoma do Tibete – China -, conclamando as partes em conflito para uma solução pacífica da crise iniciada em março deste ano.

Sala da Comissão, de março de 2008.

Deputado RAUL JUNGMAN
PPS/PE